

CURADORES DO IMPÉRIO: PATRIMÔNIO COMO PILHAGEM COLONIALISTA¹

Pedro Paulo Funari² e Tamima Orra Mourad³

Resumo

Curadoria e colonialismo estão estreitamente inter-relacionados. Pode-se definir como uma tendência que provém da necessidade de se apropriar, proteger e guardar; no entanto resultou em furto, deformação e isolamento do patrimônio de populações contemporâneas, como sugerido pelo caso da América Latina e do Oriente Próximo. Neste artigo estudamos como o colonialismo moldou historicamente a tutela de museus em oposição a distintas práticas de patrimônio. Episódios selecionados de curadoria são aqui utilizados para ilustrar a duplicidade desta prática; um empreendimento tanto político quanto pseudocientífico, onde curadores não são meros mediadores entre passado e presente, mas, sim, bases dos interesses políticos de seus patrocinadores do governo.

Palavras-chaves

Curadores; império; patrimônio; colonialismo; Arqueologia; Orientalismo.

¹ Traduzido do inglês por Wesley Corrêa.

² Professor titular. Universidade Estadual de Campinas – Campinas, SP, Brasil. e-mail: ppfunari@uol.com.br

³Instituto de Arqueologia, University College, Londres, Reino Unido. t.mourad@ucl.ac.uk

Abstract

Stewardship and colonialism are tightly interrelated. It can be defined as a tendency that stemmed out of the need to appropriate, protect, and guard; it nonetheless resulted in the abduction, deformation, and isolation of heritage from the living populations, as suggested by Latin American and Near Eastern cases. In this paper, we study how colonialism has historically shaped museum stewardship against distinct heritage backgrounds. Selected episodes of stewardship are here used illustrating the twofold background of stewardship; both political and pseudo-scientific enterprise, where stewards, are not mere mediators between past and present, rather pivots of their governmental sponsors' political interests.

Keywords

Stewards; empire ; heritage; colonialism; Archaeology; Orientalism.

Introdução

Curadoria como definida neste artigo refere-se a dois estudos de caso extremamente problemáticos nos quais carreira e colonialismo são tendências intimamente ligadas, procurando apropriar e proteger o patrimônio. Pode-se afirmar que no caso da arqueologia brasileira e do Oriente Próximo, curadores eram servidores civis de seus respectivos impérios, coletando, comprimindo e extraíndo para os salões dos museus o patrimônio que mais tarde, de alguma forma, estaria ligado ao deles mesmos. No processo de construção de suas narrativas sobre povos do passado e do presente, eles também deformaram e isolaram o patrimônio da sociedade atual, especialmente na América Latina e no Oriente Próximo. Estudamos o processo de adequação da curadoria de museus ao colonialismo, num exercício de contraste entre o Brasil – onde o patrimônio arqueológico das populações indígenas foi designado como “estagnado e inferior” – e o Oriente Próximo, como “Berço da Civilização” que glorifica um passado e um presente Ocidentais.

A curadoria tem uma dupla face como empreendimento político e pseudocientífico, onde curadores não são meros mediadores entre passado e presente, mas suportes dos interesses de seus governos patrocinadores, não negligenciando o fato de que toda esta prática também os promoveu na escala político-social. No caso do Oriente Próximo, a carreira se desenvolveu durante a primeira metade do século XIX como uma extensão do esforço diplomático de agentes de comércio europeus colocados estrategicamente em áreas de grande interesse econômico, de conflitos locais, de construções de infraestrutura ou de postos criados para coleta de informações. Paolo Emílio Botta (que escavou Khorsabad), Larsen (que cavou em Nimrud), de Saulcy (que esteve buscando antiguidades na Palestina) e Renan (que foi para investigar os Fenícios) foram todos levados a suas tarefas arqueológicas devido às mediações diplomáticas dos impérios que os financiavam. Além disso, os monumentos arqueológicos depois foram enviados para seus países, ou armazenados em museus da Europa como o *Louvre* e o *British Museum*; eles também foram fornecedores de informações de primeira-mão para seus consulados e até para os imperadores – como é o caso de Ernest Renan e Napoleão III, durante o conflito no Líbano em 1860-1861. Eruditos e diplomatas foram hipnotizados pelos monumentos e pelo passado do Oriente Próximo que para eles contrastava com o que viam como o presente islâmico decadente, atrasado, fanático e despótico. A partir daí, o passado tinha que ser restabelecido e higienizado da população atual, dando início à tendência que sobrevive até nossos dias – uma lacuna colossal entre os povos do Oriente Próximo e seu entendimento sobre sua antiguidade. Do século XIX até o fim dos mandatos coloniais no Oriente Médio – pelo menos – o papel multifacetado do curador como um diplomata, funcionário público, arqueólogo e provedor de informações manteve-se constante. Diferente de Said (1978), não diríamos que foi/é

apenas uma sombra ideológica sociopolítica sobre a carreira, é um negócio que pôde/pode ser visto como parte da ascensão profissional.

O cenário brasileiro pode ser associado ao século XIX uma vez que após a proclamação da independência brasileira em relação a Portugal em 1822, D. Pedro I, primeiro imperador brasileiro, convidou naturalistas – como Langsdorff – e intelectuais da Europa para estudar o interior brasileiro e desenvolver explicações e alternativas para o progresso do país recém-criado. As conclusões de Langsdorff são elucidativas da mentalidade da época: os indígenas eram selvagens, de natureza muito bárbara, e o país não tinha nenhuma infraestrutura. Portanto, era necessário “domesticar” os índios, para superar a natureza e construir a infraestrutura. O filho de D. Pedro, Pedro II, tomou estas medidas assim que sucedeu ao trono. Em relatórios dos governadores das províncias do Brasil no século XIX, era especificamente nas províncias do sul que indígenas estavam sendo excluídos, enquanto a terra era loteada e oferecida a uma nova leva de imigrantes italianos e alemães. Junto com a tentativa de colonizar, modernizar, havia o esforço de povoar o Brasil com habitantes europeus, que se acreditava serem mais aptos a promover a industrialização e o progresso. Assim como a população de indígenas e negros era deixada de lado no cenário dos planos futuros do Brasil, também era deixado o seu passado e sua cultura.

Surpreendentemente, D. Pedro II desenvolveu – junto com suas ideias de modernizar o império – um gosto pelo que estava em voga na Europa neste período, a preferência por antiguidades orientais e a curiosidade pelo passado do Oriente Próximo, ao ponto de trocar correspondência com orientistas da *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*. O próximo passo de Pedro II era seguir as tendências de Napoleão III e buscar sua própria coleção, hoje localizada no Museu Nacional do Rio de Janeiro. O fascínio pelas civilizações antigas do Oriente Próximo, em ambos os casos, cativava o sentido dos gostos e aspirações por um passado, e no caso de Napoleão III, peças arqueológicas do atual território do Líbano – oriundas da missão de Renan – foram levadas para decorar seus palácios e capelas. Como Napoleão III aspirava as glórias do passado do Oriente Próximo, ele combatia as pressões do Império Otomano e do Islã. Já Pedro II – que aspirava um passado civilizado, um presente e um futuro para o Brasil e para si mesmo – flertava com as civilizações do Oriente Próximo; conservando indígenas em seus territórios, continuando a escravizar africanos apesar das pressões internacionais para que os brasileiros abandonassem a escravidão e negligenciando as influências culturais e as heranças dos indígenas e africanos, que nunca foram consideradas como parte do patrimônio cultural brasileiro antes do século XX.

Apesar de uma grande quantidade das coleções etnológicas brasileiras terem começado a tomar forma no século XIX, elas não tinham por objetivo explicar as “civilizações do Brasil”, mas estavam vinculadas a uma pesquisa de história natural, uma aura científica e um brilho retórico do século XIX para encobrir o que antes era

referido como selvagem e desprovido de civilização. Por que colecionar o “não civilizado”? As coleções estavam apenas objetivando as civilizações? Colecionar no contexto da colonização tem mais relação com uma forte estratégia para desapropriar e controlar do que com o conteúdo ou relevância daquilo que está sendo reunido. O exercício de formar coleções era, na maior parte do tempo, uma extensão do Estado e de seus agentes colonizadores. Marechal Rondon, no caso do Brasil, formou as primeiras coleções no final do século XIX, que hoje estão no Museu do Índio no Rio de Janeiro. Rondon era um cientista natural que também tinha um cargo militar, e foi colocado numa missão entre 1890 e 1898 – logo após o estabelecimento da República – para instalar linhas de telégrafo nas regiões centrais do Brasil e para guarnecer as fronteiras. Os grupos étnicos indígenas que eram vistos como obstáculo ao estabelecimento do telégrafo eram, conseqüentemente, “pacificados” ou massacrados. O trabalho de Rondon prolongou-se para outros projetos sobre as linhas de telégrafo e a guarnição das fronteiras até 1915. Até então, sua missão havia formado coleções etnológicas de populações que não mais existiam, e estas tornaram-se o embrião das primeiras coleções nacionais do posterior Serviço de Proteção ao Índio. A curadoria mais uma vez entrou em contato com o Estado, como um agente patrocinador que tem os usos das coleções e da cultura material como acessórios para subjugar o “sub-outro”, para se apropriar do passado dos outros e para controlar o outro, entre outras coisas. Estes são denominadores comuns na natureza das coleções onde quer que as observemos, no Oriente Próximo e no Brasil.

Segundo as percepções autocríticas dos arqueólogos hoje

O papel da arqueologia e da cultura material em geral, na construção e na legitimação das identidades culturais, tornou-se central para a teoria arqueológica e para a prática ao longo dos últimos anos (Jones, 1997) – especialmente desde a queda do comunismo. A relação entre a arqueologia e a construção de identidades tem ocupado o cerne da disciplina desde o princípio, no século XIX, mas foi apenas com abordagens contextuais e pós-processuais que a avaliação crítica dessa relação tornou-se comum e recorrente. Entretanto, a expansão dos nacionalismos na Europa e em outros lugares do mundo e a extensão da globalização como um quadro interpretativo comum contribuiu para a percepção de que a construção das identidades e a cultura material foram compreendidas como intrinsecamente interligadas (Funari, Zarankin and Stovel, 2005). Nesse contexto global, a teoria do discurso colonial é particularmente relevante. Originalmente, pelo menos desde a década de 1970, a teoria do discurso colonial focou-se no poder da ideologia colonial e em como a retórica e as representações contribuíram para o processo histórico de dominação imperialista de povos subjugados (Hingley, 2000: 6). Pensadores como Edward Said (1978) e Bernal (1987) apresentaram

como a submissão dos povos por potências coloniais foi construída como um complexo conjunto das chamadas descrições científicas de força e fraqueza, colonialistas e colonizados. O passado tem sido usado para justificar fortes colonizadores, como os britânicos e os franceses, em oposição aos fracos nativos, fossem eles do Oriente Médio, da Índia, da África ou dos indígenas americanos. O papel da cultura material para moldar estas desigualdades não foi marginal, embora pensadores sociais fossem os primeiros e mais preocupados com as narrativas eruditas acerca dos cientistas sociais e outros estudiosos da sociedade. O foco estava também em como os indo-europeus foram inventados como superiores aos semitas, apesar de que os demais povos subjugados eram de alguma forma associados ao tradicional inferior, os semitas.

Os estudos de cultura material, de fato, voltaram-se para a análise do discurso colonial apenas tardiamente e esse movimento na arqueologia está relacionado à abordagem crítica da história da disciplina, como foi notavelmente proposto a princípio por Trigger (1989). Ao contrário das primeiras considerações internalistas da arqueologia, a história da disciplina tem sido colocada cada vez mais na mudança das circunstâncias sociais, culturais e políticas da sociedade como um todo. Essa abordagem inovadora considera as condições históricas que permitiram a existência da disciplina, assim como as circunstâncias sob as quais o conhecimento foi produzido (Patterson, 2001: 5). Esse movimento levou à publicação de diversos livros, volumes editados e artigos sobre tais assuntos bem como sobre arqueologia e construção da nação (Díaz-Andreu & Champion, 1996, com as referências anteriores; Olivier, 2001, de uma perspectiva francesa; no Brasil, Funari, 1999).

O objetivo deste artigo é analisar como o colonialismo moldou a curadoria dos museus em dois contextos coloniais diferentes: no Brasil e no Oriente Médio. Tomamos uma visão crítica da sociedade e do nosso próprio papel acadêmico. Conflitos no passado e conflitos acerca da interpretação do passado são preocupações crescentes na disciplina. A sociedade é sempre caracterizada por conflitos e, baseado numa epistemologia dialética, a experiência dos povos do passado é considerada como parte de um confronto social em curso entre os atores sociais (McGuire and Saitta, 1996: 198-204). A exploração gera um conflito contínuo e aberto, além de contradições internas na sociedade (Saitta, 1992), e as forças de dominação e resistência estão sempre presentes (Frazer, 1999: 5). A interpretação destes conflitos é maleável e subjetiva (Rao, 1994: 154), e arqueólogos históricos podem ver o passado como um conjunto complexo de textos, entrelaçados para formar um discurso (Hall, 1994: 168). Se o conflito e a subjetividade são parte tanto da evidência quanto da interpretação da evidência, a variedade de interpretações é inevitável, e os arqueólogos têm que assumir uma posição.

Tradicionalmente, arqueólogos consideravam que culturas são entidades delimitadas e homogêneas (Mullins, 1999:32). Essa ideia vem da definição bastante conhecida, e

agora considerada clássica, cunhada por Childe (1935: 198): “A cultura é um patrimônio social; ela corresponde a uma comunidade, compartilhando instituições *comuns* e maneiras de viver *comuns*” [tradução livre; ênfase nossa]. Essa definição implica em harmonia e unidade dentro da sociedade, uma convergência de interesses e, assim, uma ausência de conflitos (Jones, 1997: 15-26). Homogeneidade, ordem e ausência de limites têm sido associadas a uma suposição *a priori* de que a estabilidade caracteriza as sociedades, ao invés do conflito, um claro *Weltanschauung* conservador. Essa também é uma abordagem a-histórica, sugerindo que todos os católicos são, foram e serão supersticiosos, ou que todo muçulmano é, foi e será propenso a um governo despótico. Entretanto, um corpo crescente de evidências e pesquisas minuciosas acerca do pensamento social tem desafiado esta visão tradicional, considerando a sociedade como heterogênea e como uma série de construções de identidade cultural repleta de conflitos.

Contextos culturais caleidoscópicos e as superposições de nuances das percepções

Nosso próprio ponto de vista deve ser interpretado a partir deste quadro teórico. Não somos observadores neutros; não alegamos descrever a história da curadoria como ela realmente aconteceu, *wie es eingentlich gewesen*, para nos referirmos ao famoso depoimento positivista de Ranke do início do século XIX. Não escrevemos de um ponto de vista homogêneo, como “puros” representantes da nacionalidade ou do credo político. Somos brasileiros – mas também italiano (Funari) – e libanesa (Mourad), homem e mulher, ambos formados por americanos, mas com distintas experiências religiosas, e ambos com experiência em morar e trabalhar em diferentes países e continentes. Compartilhamos, no entanto, uma abordagem crítica da vida social e da academia, e prezamos pelo conhecimento através da interação com atores sociais – particularmente comunidades em sua diversidade – um importante postulado:

Não podemos ignorar que a despeito de sua urgente necessidade prática e dos fins morais elevados que a ela se atribui, a luta contra todas as formas de discriminação participa deste mesmo movimento que incita a humanidade na direção de uma civilização mundial, destruidora de suas velhas particularidades para as quais retorna a honra de ter acreditado nos valores estéticos e espirituais que dão valor à vida, e que nós reuniremos preciosamente dentro de bibliotecas e museus com o objetivo de nos

sentirmos cada vez menos capazes de produzi-los. Claude Lévi-Strauss,
Le regard éloigné⁴

Antes de abordarmos nossos dois estudos de caso, devemos primeiro manifestar o que consideramos serem os “curadores do império”. Relações de poder estão no coração da vida social e curadoria é um conceito profundamente incorporado ao poder. O curador, desde o principio, é alguém que *controla, sob as ordens de um mestre* ou autoridade, povos e coisas e, portanto, a curadoria é um cargo de administração do poder em nome de alguém ou alguma autoridade política. No nosso caso, a autoridade é o império, o governo pela força, um poder distintivo: *imperium*. Como veremos, a curadoria arqueológica tem sido incorporada em relações de poder assimétricas, onde curadores, em nome de governantes arbitrários, controlavam as representações do passado. Desafios recentes aos desequilíbrios e ao papel da inclusão de diversos grupos sociais no interior dos povos estão também sendo considerados.

Curadoria tradicional no Brasil e tendências recentes

Relíquias pré-históricas têm sido estudadas desde meados do século XIX devido a diversos fatores, e o não menos importante é a relevância atribuída pelas autoridades imperiais à modelagem de uma identidade nacional brasileira. Como a independência do Brasil não foi apenas pacífica, mas também liderada por nobres portugueses, as raízes indígenas foram utilizadas para forjar uma nova identidade, na maior parte do tempo superficial, mas, em todo caso, a corte no Rio de Janeiro foi sutil ao introduzir uma imagem nativa para a perspectiva do mundo europeu. O Imperador Pedro II, ele próprio um erudito, apoiava os movimentos realizados pelos intelectuais para sustentar a idealização. Nesse contexto, o Museu Nacional, na corte do Rio de Janeiro, incluía o patrimônio europeu e indígena de forma que a velha cidade do Rio de Janeiro, a capital de todo o Império Português por vários anos após a invasão de Portugal em 1808, nunca mais perderia sua ligação com um aspecto cosmopolita. A curadoria arqueológica era, assim, um projeto claro de estratégia imperial.

Com o fim da monarquia em 1889, o Rio de Janeiro continuou sendo a capital, até 1961, mas os poderes econômicos e políticos foram em direção ao oeste e ao sul, já que a República era dominada pela aristocracia paulista, os primeiros cultivadores de café e posteriormente os primeiros industriais. O etos da elite paulista prestava menos

⁴ Tradução livre: Paris, Plon, 1983, p. 47.

atenção à nobre imagem do índio, já que historicamente os paulistas – apesar de eles próprios serem descendentes dos nativos e portugueses – foram inimigos jurados dos indígenas e eram conhecidos como “caçadores de índios”. Nas primeiras décadas do século XX, o movimento contra os indígenas acentuou-se e a coleta de relíquias arqueológicas não era particularmente comum. A curadoria de material arqueológico no mais ativo dos museus deste período, o Museu Paulista em São Paulo, foi colocada sob a orientação de Hermann von Ilhering, que defendia a extinção dos indígenas brasileiros. Von Ilhering era um arquétipo curador do império; enquanto coletava relíquias das tribos indígenas ele, ao mesmo tempo, advogava pela destruição de seus descendentes ainda vivos. Os anos 1930 testemunharam diversas mudanças políticas e econômicas, momento em que o governo pela primeira vez na história da República estabeleceu uma política de gestão de patrimônio, vinculado à nova concepção de identidade nacional não muito distante dos princípios nacionalistas importados de países fascistas, notavelmente a Itália e a Polônia. A Agência de Patrimônio Nacional foi então fundada e o principal interesse estava na preservação da arquitetura, escultura, pintura e outras artes aprendidas de alto estilo. O que estava sob a custódia dos curadores de arqueologia era a cultura material da elite, masculina, instruída e de acordo com a concepção normativa da vida social.

Após a restauração do governo civil em 1945, relíquias pré-históricas, deixadas no escuro durante o apogeu da ideologia nacionalista voltaram à cena, particularmente com o humanista e ativista político Paulo Duarte que, apesar de ser membro da elite paulista, defendia pela primeira vez a necessidade de proteger as modestas relíquias pré-históricas. Paul Rivet havia influenciado Duarte, e o *Musée de l'Homme* e sua abordagem humanista levou-o a propor a proteção dos sambaquis, tão comuns na costa brasileira. Duarte conseguiu propor a lei pela proteção de sítios arqueológicos, aprovada pelo Congresso em 1961 e que ainda tem força hoje. O golpe militar de 1964 colocou um fim a uma era de crescente interesse pelas raízes e pela diversidade do Brasil, e os esforços de Duarte sofreram um choque inesperado, primeiramente porque ele foi privado de financiamentos e, depois, em 1969, foi expulso da universidade (Funari, 2002; 2003). A restauração do governo civil permitiu ao pluralismo florescer mais uma vez e o patrimônio expandir-se para incluir relíquias indígenas, mas também relíquias dos negros e da cultura material do povo comum. Dois conselhos, as Assembleias Estaduais e o Congresso Nacional decretaram diversas leis que se referem à proteção do patrimônio, ampliando o conceito de propriedade cultural e permitindo que cidadãos comuns possam apelar em tribunal pela preservação do patrimônio (Tavares, 1998). No entanto, a curadoria das coleções arqueológicas continuou com uma preservação de um número pequeno de curadores, a maioria deles mitigados por tantos anos de governo autoritário.

O caso do Oriente Próximo e os extremos dos conflitos civis no Líbano

Os olhares foram atraídos para as monumentais relíquias do Oriente Médio devido às inevitáveis associações com narrativas bíblicas, com a paisagem e com a filologia; o fato de o estudo da geografia bíblica remontar ao século XVII apenas realça estas conexões. A princípio, os objetos encontrados eram coletados como souvenirs por viajantes, uma tendência que gradualmente culminou em extensas coleções nas mãos de diplomatas locais – posteriormente doadas a museus europeus – e em aspirações de instituições ativas para enriquecer sua coleção já existente. A taxa de crescimento das coleções dos museus europeus ao longo do século XIX e XX é proporcional à infiltração diplomática, política e econômica no Oriente Próximo durante o domínio Otomano, culminando em mandatos de governo colonial – nos casos da Inglaterra e da França. Apesar de a criação de regulamentos sobre as antiguidades otomanas remontar a 1869, os museus não compravam objetos dos negociadores de antiguidades locais e os diplomatas nunca desistiram de escavar ilegalmente para formar suas coleções pessoais. Quando o desenvolvimento científico da arqueologia chegou ao Oriente Próximo, em meados do século XIX, negociantes locais e diplomatas tinham um conhecimento muito mais extenso do que os eruditos burocratas provenientes de várias outras experiências que se interessavam pela escavação. Na medida em que os vestígios eram descobertos, o “Berço da Civilização Europeia” começava a tomar forma nas mentes dos ocidentais. Ao mesmo tempo, havia uma clivagem entre o ponto de vista dos filologistas, associando o Oriente aos semitas – o inferior assimétrico das línguas e povos indo-europeus; e os curadores das relíquias orientais, maravilhando-se com um passado tão glorioso e monumental, conectado a eles através da história da Cristandade e do passado Clássico.

O condicionamento político do passado e dos vestígios tornou-se mais acentuado na medida em que diplomatas franceses, ingleses, alemães, russos e dinamarqueses se infiltravam nas comunidades religiosas locais, tomando partido em conflitos locais para explorar os recursos humanos e naturais e para se apossar de melhores posições na economia regional. As pessoas que ali viviam se revezavam na ascensão ao poder ou no declínio, ao se tornarem aliadas de potências estrangeiras para terem melhores oportunidades com seus pequenos interesses. Foi assim que uma rede de coalizões europeias e otomanas com comunidades religiosas locais – católicas, ortodoxas, sunitas, xiitas e drusos – mantiveram as crescentes e industrializadas comunidades do oriente sob controle econômico, fosse pelo governo colonial direto dos Otomanos ou pela interferência indireta e semicolonial da Europa. Os europeus se envolviam no comércio, na política, nos conflitos religiosos unilaterais e na modernização das províncias otomanas com construção de estradas e linhas de trem que levaram ao

descobrimos a maioria dos sítios que são conhecidos até o momento. Como o passado estava revelado, as identidades foram moldadas de acordo com suas aspirações sócio-políticas disponíveis.

O caso do Líbano ilustra esse padrão através dos séculos XIX e XX. Entre 1860 e 1861 houve uma tentativa de genocídio durante um conflito civil entre maronitas e drusos que competiam pelo governo local. A partir do momento que os franceses apoiaram os maronitas e os otomanos apoiaram os drusos, o conflito local acabou em uma sucessão de massacres da população cristã. Ao mesmo tempo em que as potências europeias estavam bastante cautelosas ao interferir nos conflitos, elas queriam pressionar os otomanos a formar uma província autônoma dentro da província otomana da Síria. Com exceção deste episódio da história dos conflitos orientais, pode-se compreender os conflitos sectários que fizeram parte da criação de fronteiras de estados modernos, a influência europeia em tal exercício, e a criação de um cenário arqueológico destas áreas que incluem as primeiras tentativas de delinear o perfil de identidades antigas de acordo com a cultura material. A combinação destes ingredientes tornou-se o legado do Oriente Próximo em problemáticos e conflituosos Estados-nações étnico-religiosos grandemente influenciados por identidades constituídas pela produção de conhecimento em arqueologia.

No Líbano, no início do século XX, o Arabismo que havia tomado forma através de missionários americanos e o Fenicianismo que tomou forma através do departamento oriental da Universidade Francesa Jesuíta floresciam como movimentos cristãos antiotomanos. Não eram movimentos rivais, a princípio, mas desenvolveram um grande antagonismo durante o mandato francês, ao final da Primeira Guerra Mundial. Com o colapso do regime otomano as alianças mudaram, culminando bruscamente numa frente nacionalista Maronita-Fenício-Libanesa, contra uma frente nacionalista Islâmico-Árabe-Arabista, contra uma frente nacionalista Ortodoxo-Árabe/Fenício-Síria. Ao final do mandato francês nos anos 1940, os grupos nacionalistas ainda não haviam chegado a um acordo sobre a aceitação do recém-criado estado libanês. Os “libanistas” justificavam-no como uma ressurreição da Fenícia, um estado que não foi recém-criado, mas que continuou existindo pelos últimos seis mil anos. Ironicamente, eles não tinham meios de provar tal existência, nem ao menos de forjar interpretações sobre os dados. Não obstante, os arqueólogos franceses haviam criado todo o mito da identidade fenícia que se prolongou pelo século XX. A alegoria atingiu sua última definição na obra *La Civilisation Phénicienne*, de Georges Contenau – e todos os achados foram apropriados pela França, principalmente para as coleções do Louvre, administradas pelo próprio Contenau. As alegorias de identidade em Arabismo e Sirianismo não são distintas no que se refere à manipulação acadêmica e política; e foram demonstradas como propaganda político-nacionalista e como mitos de origem que perpetuam o sectarismo.

Conclusões

Nos últimos vinte anos ou mais, após a restauração do governo civil no Brasil, em 1985, curadores arqueólogos têm confrontado complexos dilemas quando governantes e governados (Ucko, 1990: xx), ou o povo excluído do poder, como devemos chama-los, competem por seus serviços. A arqueologia é a única ciência social que pode dar acesso a todos os grupos sociais, não apenas as elites, mas também camponeses, nativos, nômades, escravos, artesãos e mercadores (Saitta, 1995: 385), e por essa razão o povo comum poderia se reconhecer no que nós arqueólogos lhes oferecemos. Além disso, diversos grupos de interesse – como as mulheres, a consciência negra, os homossexuais e diversos outros movimentos – lutam pela inclusão, e os curadores arqueólogos ainda estão presos atrás destas demandas. Nas últimas décadas, antropólogos, historiadores e outros cientistas sociais têm se sensibilizado para o estudo dos excluídos e para se direcionarem a um público variado. Nativos têm sido interlocutores ativos e cientistas têm realizado campanhas pelos seus direitos, especialmente pela demarcação das terras dos povos indígenas. Os negros estão numa situação semelhante, e agora alguns livros didáticos mencionam os índios, os negros, os menos favorecidos, os imigrantes e outros estratos excluídos, tanto no presente quanto no passado. Preocupações ambientais também têm sido consideradas por diferentes cientistas, como no caso do urbanismo e da arquitetura vernacular da perspectiva dos mais pobres. Feministas, movimentos de mulheres e diversos outros grupos têm interagido com cientistas sociais. No Brasil, a curadoria arqueológica tem a chance de se espalhar, nos próximos anos, e desempenhar um papel no incentivo à inclusão, ao diálogo e à diversidade, ao invés de simplesmente servir um mestre dominante.

Pode-se almejar que essas tendências alcançarão as margens da arqueologia do Oriente Próximo e relações mais proveitosas com o passado, com as identidades e com os restos materiais. Os problemas de formação do Estado, os problemas internos e as invasões estrangeiras (esta última no Iraque, por tropas estrangeiras visando, supostamente, a libertação do povo e a democratização do regime político) não permitem às populações do Oriente Médio serem tão esperançosas com o contínuo legado colonial do século XIX. No caso do patrimônio libanês, as implicações políticas das identidades arqueológicas e seu uso difundido tornaram-se lugares-comuns a todas as classes sociais e membros da sociedade. Afinal de contas, numa sociedade sectária altamente politizada, tendo um sistema confessional e uma constituição parcial, deve-se escolher um “lado” não apenas para ser alguém, mas para ter um lugar de poder na sociedade – especialmente como força de trabalho, já que empregos e postos políticos também estão reservados para certas facções. É interessante lembrar que mesmo os cargos do Departamento de Antiguidades do Líbano são ocupados de acordo com facções religiosas. O posto de Diretor de Antiguidades nunca foi ocupado

por um não cristão. Isso demonstra as desvantagens impostas por um sistema faccioso de governo – que apesar das ideias inovadoras propostas pela academia, não permite o fluxo de novas ideias, sobretudo de inclusão social.

As quase duas décadas de Guerra Civil no Líbano não cooperaram para a situação insular dos libaneses – que permitiram apenas algumas poucas escavações realizadas ao final do mandato francês. A legislação remonta ao seu último rascunho dos anos 1930 e o museu tenta uma descentralização abrindo pequenas exposições, tais como em Baalbek e em BÍblos, com grandes dificuldades que soam como uma tentativa isolada, já que estão priorizando o turismo. O público parece politicamente inerte ao discurso de identidades ignorando os resquícios materiais, os sítios e os monumentos que são usados como ícones para chamar atenção de turistas – que podem levá-los como souvenirs para casa. Hoje a arqueologia no Líbano sai lentamente de um propósito sócio-político para se transformar em um ativo econômico. Em ambos os casos, não é oferecida inclusão social ou uma relação sadia com o passado. Estas relações refletem as condições que o Estado oferece aos cidadãos, até o ponto em que o regime promove inclusão social e o corpo de leis garante a igualdade sócio-étnico-religiosa.

Referências bibliográficas

Anthony, D. W. “Nazi and eco-feminist prehistories: ideology and empiricism in: Indo-European archaeology”. In Fawcett, C. and Kohl, P. eds. *Nationalism, politics and the practice of archaeology*. Cambridge, 82-96, 1995.

Anderson, B. *Imagined Communities. Reflections of the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso, 1983.

Arnold, B. and Hassman, H. “Archaeology in Nazi Germany: the legacy of the Faustian bargain”. In Fawcett, C. and Kohl, P. eds. *Nationalism, politics and the practice of archaeology*. Cambridge, 70-81, 1995.

Arnold, B. “The past as propaganda: totalitarian Archaeology in Nazi Germany”. In Hodder, I. and Preucel, R. eds. *Contemporary Archaeology in Theory*. Blackwell, 570-598, 1996.

Aumusson, P. *Ernest Renan, 1823-1892: Un Celte en Orient*: [expositions présenté à] Musée d'histoire Saint-brieuc, 1er juillet-18 octobre 1992, et Musée de Bretagne, Rennes, 4 novembre 1992-4 janvier 1993. Rennes: Ville de Rennes, 1993.

Bahrani, Z. "Conjuring Mesopotamia: imaginative geography and a world past". In Meskell, L. ed. *Archaeology Under Fire. Nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*. Routledge, pp. 159-174, 1998.

Bruno, M. C. O. "Museus de Arqueologia: uma história de conquistadores, abandono e Mudanças". *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 6: 293-313, 1996.

Contenau, G. *Civilisation Phénicienne*. Paris: Payot, 1949.

Díaz-Abreu, M. "Archaeology and Nationalism in Spain". In Fawcett, C. and Kohl, P. eds. *Nationalism, politics and the practice of archaeology*. Cambridge, 39-53, 1995.

Donald, J. and Rattansi, A. *'Race' culture & difference*. London: Sage, 1992.

Dornan, J. L. "Agency and Archaeology: Past, present and future directions". *Journal of archaeological Method and theory*, 9:303-329, 2002

Fawcett, C. and Kohl, P. eds. *Nationalism, politics and the practice of archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

Funari, P. P. A. and Podgorny, I. "Congress Review", Is archaeology only ideologically biased rhetoric? *European Journal of Archaeology*, 1,3, 416-424, 1998.

_____. "Linguística e Aqueologia". *Delta-Revista de Estudos de Linguística Teórica e Aplicada*. 15(1):161-176, 1999.

_____. "Mixed features of archaeological theory in Brazil". In Ucko P. (ed) *Theory in Archaeology. A world perspective*. Routledge, pp. 236-246, 1995.

_____. Class interests in Brazilian archaeology, *International Journal of Historical Archaeology*, 6,3, 2002, pp.209-216.

_____. Dictatorship, democracy, and freedom of expression, *International Journal of Historical Archaeology*, 7, 3, 2003, 233-237,

Funari, P.P.A., Zarankin, A., Stovel, E. (eds), *Global Archaeological Theory, Contextual Voices and Contemporary Thoughts*, New York, Kluwer/Plenum, 2005.

Garbini, G. "History and historiography of the Semites". In *The East and the meaning of History*. International Conference (23-27 November 1992). pp. 17-28. Rome: Bardi Editore, 1994.

Gelin, M. *L'Archéologie En Syrie et Au Liban A l'Epoque du Mandat (1919-1946): Histoire et Organisation*. Paris: Geuthner, 2002.

Hobsbawm, E. J. *Nations and nationalism since 1780: programme, myth, reality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

_____. *The Age of Extremes. A history of the world 1914-1991*. New York: Pantheon.

Hodder, I. and Preucel, R. "Constructing Identities". In Hodder, I. and Preucel, R. eds. *Contemporary Archaeology in Theory*. Blackwell, pp. 601-614, 1996.

_____. eds. *Contemporary Archaeology in Theory*. Oxford: Blackwell, 1996.

Hourani, A. *Arabic thought in the Liberal Age 1798-1939*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

_____. *Minorities in the Arab World*. London: Oxford University Press, 1947.

_____. *Syria and Lebanon: a political essay*. London: Oxford University Press, 1946.

_____. *The history of Arab peoples*. London: Faber and Faber, 1991.

_____. *The emergence of the modern Middle East*. London: Macmillan Press, 1981.

Iggers, G. *Historiography in the twentieth century. From scientific objectivity to the Post-modern challenge*. London: University Press of New England, 1997.

Jones, S. *The Archaeology of Ethnicity. Constructing identities in the past and present*. London: Routledge, 1997.

Klat, M. "The Durighello Family". *Archaeology and history in Lebanon*. 16(2):98-108, 2002.

Kohn, H. *Nationalism and Imperialism in the Hither East*. London: Routledge, 1932.

Larsen, M. T. "The appropriation of the Near Eastern past: contrasts and contradictions". In *The East and the meaning of History*. International Conference (23-27 November 1992). 29-52. Rome: Bardi Editore, 1994.

Layton, R. ed. *Conflict in the Archaeology of Living Traditions*. London: Routledge, 1994.

Layton, R. ed. *Who needs the past?* London: Routledge, 1994.

Liverani, M. "Voyage en Orient. The origins of archaeological surveying in the Near East". In *The East and the meaning of History*. International Conference (23-27 November 1992). 1-17. Rome: Bardi Editore, 1994.

Maalouf, A. *Les Échelles du Levant*. Paris: Bernard Gasset, 1996.

_____. *Origines*. Paris: Gasset, 2004.

- Masri, A. "Traditions of archaeological research in the Near East". *World Archaeology*. 13(2):222-239, 1981.
- Naccache, A. H. F. "Beirut's memorycide: hear no evil, see no evil". In Meskell, L. ed. *Archaeology Under Fire. Nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*. Routledge, 140-158, 1998.
- Nelson, S. M.. "Nationalism and postwar Japanese archaeology". In Fawcett, C. and Kohl, P. eds. *Nationalism, politics and the practice of archaeology*. Cambridge, 232-246, 1995.
- Olender, M. *The languages of Paradise: race, religion and philology in the nineteenth century*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- Patterson, T. C. *A social history of Anthropology in the United States*. Oxford: Berg, 2001.
- Prakash, G. ed. *After Colonialism. Imperial histories and postcolonial displacements*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- Politis, G. "The socio-politics of the development of archaeology in Hispanic SouthAmerica". In Ucko P. ed. *Theory in Archaeology. A world perspective*. Routledge, 197-228, 1995.
- Said, E. *Culture and Imperialism*. New York: Knopf, 1993.
- _____. *Orientalism*. New York: Vintage, 1978.
- _____. *Representations of the Intellectual. The 1993 Reith Lectures*. New York: Pantheon Books, 1994.
- Salame-Sarkis, H. "De l'Histoire comme moteur des idéologies du suicide. Essai d'approche du modèle libanais". *Panorama de l'actualité*. 11(48) :29-50, 1987.
- Salibi, K. *A House of Many Mansions. The history of Lebanon revisited*. London: University of California Press, 1988.
- _____. *The Modern History of Lebanon*. London: Weinfeld and Nicholson, 1965.
- Shanks, M. and Tilley, C. *Social theory and Archaeology*. Oxford: Polity Press.
- Schawrcz, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- Seeden, H. "Search for the missing link: archaeology and the public in Lebanon". In Gathercole P. and Lowenthal, D. eds. *The Politics of the Past*. Routledge, 141-146, 1990.

_____. "Western archaeology and the history of archaeological sites". In *The East and the meaning of History*. International Conference (23-27 November 1992). 53-72. Rome: Bardi Editore, 1994.

Seton-Watson, H. *Nations and States*. London: Westview Press, 1973.

Skidmore, T. E. *Preto no branco: Raça e Nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Shnirelman, V.A. "From internationalism to nationalism: forgotten pages of Soviet archaeology in the 1930s and 1940s". In Fawcett, C. and Kohl, P. eds. *Nationalism, politics and the practice of archaeology*. Cambridge, 120-138, 1995.

Silberman, N. A. "Promised lands and chosen peoples: the politics and poetics of archaeological narrative". In Fawcett, C. and Kohl, P. eds. *Nationalism, politics and the practice of archaeology*. Cambridge, 249-262, 1995.

_____. "Whose game is it anyway? The political and social transformations of American Biblical Archaeology". In Meskell, L. ed. *Archaeology Under Fire. Nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*. Routledge, 175-188, 1998.

Thomas, J. "Where are we now?: archaeological theory in the 1990s". In Ucko P. ed. *Theory in Archaeology. A world perspective*. Routledge, 343-354, 1995.

Trigger, B. G. *A history of archaeological thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

_____. "Alternative Archaeologies: Nationalist, Colonialist, Imperialist". In Preucel, R. and Hodder, I. eds. *Contemporary Archaeology in Theory*. Oxford, 615-651, 1996.

_____. Anglo-American Archeology. *World Archaeology*. 13(2):138-155, 1981.

_____. and Glover, I. Editorial. *World Archaeology*. 13, 133-137, 1981.

_____. "Romanticism, nationalism, and archaeology". In Fawcett, C. and Kohl, P. eds. *Nationalism, politics and the practice of archaeology*. Cambridge, 263-279, 1995.

Ucko, P. J. "Introduction: archaeological interpretation in a world context". In Ucko P. ed. *Theory in Archaeology. A world perspective*. Routledge, 1-24, 1995.

_____.ed. *Theory in Archaeology. A world perspective*. London: Routledge, 1995.

Wesseling, H. "Overseas History". In Bueke, P. ed. *New perspectives on historical writing*. Cambridge, 71-96, 2001.

